

CRIAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL: ESTUDO DE CASO DE UM GRUPO DE TRABALHADORES INCUBADOS NO CIEPS/UFU

Lizandra Silva Faria dos Anjos - lizandrafaria@hotmail.com

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Cristiane Betanho - crisbetanho@ufu.br

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Eduardo Giarola - eduardog@ufu.br

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

O capital social é um recurso valioso que, somado a outras condições, oferece a sociedade a possibilidade de estabelecer projetos sustentáveis de desenvolvimento. O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps/UFU) visa auxiliar os coletivos de trabalhadores organizados em iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária e, no caso das organizações camponesas, apoia a promoção da transição agroecológica desses grupos. Desta forma, o presente estudo tem o objetivo de analisar a promoção do capital social para um grupo de trabalhadores incubados no Cieps/UFU. Esta pesquisa, de cunho qualitativo, configura-se como um estudo de caso exploratório, complementado de pesquisa bibliográfica e documental, com dados primários obtidos por entrevista semiestruturada com a presidente da associação do Grupo Sete Laços. Verificou-se que dentre outros fatores, que a participação, a organização, a solidariedade, a iniciativa, a cooperação e a confiança foram fatores determinantes para a construção do capital social no assentamento estudado. Outro resultado, é a participação do Cieps/UFU como catalisador do processo de criação de capital social para o Grupo Sete Laços.

Palavras-chave: Capital Social; Agricultura familiar; Economia solidária; Cieps/UFU; Assentamento Rural.

1. Introdução

A perspectiva adotada nesse estudo acompanha a visão de Reis (2007) ao afirmar que o “debate econômico é muito mais plural e diversificado do que muitas vezes se supõe”. Deseja-se entender o lado “impuro” da economia, ou seja, alargar os princípios utilizados pelo *main stream* econômico.

Reis (2007) mostra que o comportamento dos indivíduos é ativo, diretamente vinculados a culturas, sistemas de valores, hábitos, rotinas, regras, instituições; as dinâmicas dos espaços econômicos não são apenas o resultado de uma única lógica de cálculo e de racionalidade nem de uma forma excludente de governação (a do mercado).

Ortega (2008) identifica duas estratégias de planejamento com vistas a adoção de políticas de desenvolvimento territorial. Uma orientada de cima para baixo (*top-down*), em que o desenvolvimento local é planejado, particularmente, pela esfera federal. E a segunda é de baixo para cima (*bottom-up*), em que os planos de desenvolvimento local são elaborados de forma descentralizada, por meio da participação das esferas públicas e locais.

Seguindo esse segundo planejamento, é possível competir e cooperar em um contexto amplo, permitindo momentos de conflito e de consenso, mostrando que o desenvolvimento de um território não é produto apenas dos recursos e tecnologias de que dispõe, mas também de sua organização coletiva. A abordagem teórica do “capital social” foi utilizada para a contextualização dessas práticas organizacionais coletivas. O capital social como análise da habilitação das populações locais para ações organizativas e gestão comunitária.

Verifica-se que esses grupos de relações sociais que concertam confiança com condutas de reciprocidade e cooperação (capital social) poderão deliberar ou abrandar situações complexas relativas às necessidades básicas da comunidade em várias áreas: saúde, educação, infraestrutura e, também, em políticas públicas voltadas para o setor produtivo (linhas de crédito, políticas de apoio à produção e outros).

Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a promoção do capital social para um grupo de trabalhadores incubados no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal de Uberlândia. O Cieps/UFU, organismo vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Uberlândia tem, por missão, assessorar, por meio da extensão, em indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, coletivos populares que geram trabalho e renda a partir dos princípios da Economia Popular Solidária (EPS).

O Cieps incuba Organizações Produtivas Solidárias (OPS) de trabalhadores dos segmentos coleta seletiva, arte-cultura popular e agricultura camponesa. Este último segmento é incentivado a realizar a transição agroecológica como forma de buscar a independência frente à indústria dos insumos e dos atravessadores, ao mesmo tempo em que se busca unir os trabalhadores do campo e da cidade a partir da produção e oferta de alimentos saudáveis, seguros e conectados com a cultura alimentar regional. O Centro de Incubação abriga um Núcleo de Estudos em Agroecologia, para unir a formação política à técnica na busca da emancipação dos trabalhadores.

O grupo de trabalhadores pesquisado fazem parte do Assentamento Grupo Sete Laços. Fica localizado a 8 km de distância da cidade de Veríssimo-MG. A economia do município é baseada na pecuária de corte e leite, agroindústria de doces e abate de frango, cana de açúcar, plantio de culturas como soja, milho, feijão e arroz.

Os assentados irão fundar uma associação com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, garantir equipamentos, assegurar a venda de produtos específicos e dar suporte aos produtores no que eles precisarem. Todas as dezoito famílias produzirão de forma coletiva o arroz e

feijão orgânicos. Além da coletividade na realização das atividades, as famílias irão produzir individualmente em seus lotes buscando diversificar sua produção, resguardando as condições de vida das famílias contra possíveis oscilações da produção coletiva.

Esses agricultores preparam-se para adquirir terras por meio do Crédito Fundiário e estabelecer trabalho coletivo para ocupar espaços nesse mercado. A pesquisa integra o trabalho do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão e Políticas Públicas (NPEXGPP), da Faculdade de Gestão e Negócios, e do Grupo de Extensão e Pesquisa em Redes Solidárias. Tendo em vista que os agricultores estão incubados no Cieps, a pesquisa pode contribuir para organizar as ações de geração de trabalho e renda relacionados às OPS de agricultura camponesa.

Este estudo encontra-se organizado da seguinte maneira: no item 2 foi apresentado a base teórica do “capital social”. No item 3 foi realizada uma descrição das políticas públicas no setor da agricultura familiar no Brasil, contendo os principais objetivos e propósitos do programa de crédito. Em seguida, no item 4, refletiu-se sobre economia popular e economia solidária para chegar ao conceito de economia popular solidária e seus princípios. No item 5 apresentou-se a dinâmica da agricultura orgânica no Brasil, método de produção e formas de certificação. No item 6, foi descrito os aspectos metodológicos. Por fim, itens 7 e 8, foram apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa.

2. Capital Social

De acordo com Ortega (2008), no ambiente de luta democrática foi se consolidando o descrédito na capacidade do governo central em conduzir um processo desenvolvimento sustentável, fortalecendo-se a crença em torno de processo de desenvolvimento locais com base no modelo de planejamento construído participativamente e apoiado no *capital social* local.

Assim, tem-se um potencial impacto dos fatores não-econômicos, chamado de capital social, no desenvolvimento das comunidades locais, bem como a provisão de bens públicos e da eficácia das órgãos públicos (Moyano, 1999).

Uma das potencialidades ao uso do conceito de capital social é a mensuração do desempenho institucional sem enfatizar a questão econômica. Putnam (2000) demonstra esse potencial ao retratar o comprometimento cívico como requisito não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para o desempenho institucional e suas consequências sociais.

Segundo o autor *o capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas*” (Putnam, 2000). Uma visão de cooperação espontânea como ação racional.

Putnam (2000) trabalha em três vertentes: desempenho institucional, comunidade cívica e capital social. A partir da experiência da história política italiana dos anos 70, o autor analisa as instituições democráticas e questiona o desempenho das instituições formais, o seu dever cívico e a sua politização. Chega a uma conclusão de que quanto maior o acúmulo de capital social e maior a cultura cívica, maior será o desenvolvimento. Assim, Ortega (2008, p. 60) relata que,

mais do que identificar um elevado capital social, o importante é saber se a organização social local/territorial suscita uma forte capacidade de cooperação em torno de um projeto coletivo. Essa questão remete-nos, necessariamente, a outra: qual a capacidade dos territórios de criar capital social? Responder a essa pergunta implica em reduzir o fatalismo a que estariam fadados os territórios deprimidos na busca do desenvolvimento.

Todavia, Putnam (2000) argumenta que o centro do problema não estava na repartição dos recursos nacionais para os locais, mas na quantidade dos recursos e na administração deles (desempenho institucional). Outro fator é o que remete ao conceito de “comunidade cívica”, ou seja, a qualidade da democracia é dependente, entre outros, da qualidade dos cidadãos.

Deste modo, pode-se considerar que o capital social é o conceito dado a relação baseada em confiança e cooperação. Podemos dizer que é a confiança que um indivíduo coloca no desempenho de outro indivíduo. Por exemplo, as estruturas cooperativas geram soluções conciliadoras (somatório diferente de zero – teoria dos jogos) e essa cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha “herdado um bom capital social com regras de reciprocidade e sistema de participação cívica” (Putnam, 2000, p. 177). Ortega (2008, p.44) retrata que,

na base desse desenvolvimento territorial, está a identificação ou criação de uma cultura cooperativa na comunidade e, tal cultura, centra-se na crença em uma perspectiva de desenvolvimento alicerçada em capacidades e recursos existentes em nível local, no aproveitamento de recursos humanos, na mobilização de atitudes e valores, com o objetivo de estabelecer uma trajetória de desenvolvimento virtuosa. Essa visão da capacidade organizativa da sociedade é fundamental para seu processo de desenvolvimento e levou, assim, a dar lugar a uma concepção de que o resultado das políticas públicas depende, em grande parte, das comunidades nas quais elas estão sendo implementadas.

Entretanto, como relatado por Ortega (2008), o questionamento ainda prossegue: como criar uma comunidade cívica? Putnam (2000) demonstra que o envolvimento dos cidadãos pode aumentar caso o Estado implemente, por exemplo, associações, informações, participação política e voto preferencial. Portanto, *a comunidade cívica é um determinante mais forte que o desenvolvimento econômico ... Quanto mais cívica a região, mais eficaz o seu governo ... As regiões onde há muitas associações cívicas, muitos leitores de jornais, muitos eleitores politizados e menos clientelismo parecem contar com governos mais eficientes* (Putnam, 2000).

Brandão (2004), ressalta que ao se conjecturar uma estratégia de desenvolvimento para um determinado território, região, ou local, exige-se que se antecedam respostas para determinados questionamentos. Quais são os atores, agentes e sujeitos desse processo? Atuam em que escala espacial? Quais são seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam (local, metropolitana, nacional)? Onde estão os centros de decisão e comando determinantes dos fatos territoriais sob análise?

Para Melo Neto e Froes (2002), existem alguns fatores determinantes do capital social: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança. Existirá capital social quando esses fatores atuam em conjunto por meio de um programa ou projeto social. Melo Neto e Froes (2002), ainda citam algumas condições para a construção do capital social. O quadro 1 retrata essas condições.

Estratégia	Descrição
Estratégias Participativas	Aumento da cooptação e participação entre os membros e em todos os níveis do governo.
Estratégias de fomento	Desenvolver capacitação para fomento ao empreendedorismo e liderança.
Estratégias de sustentabilidade	Criar empregos, desenvolver políticas de renda e emprego

Quadro 1: condições para a construção do capital social. Fonte: MELO NETO e FROES (2002).

Dessa forma, Reis (2007) mostra que o comportamento dos indivíduos é ativo, diretamente vinculado a culturas, sistemas de valores, hábitos, rotinas, regras, instituições; as dinâmicas dos espaços econômicos não são apenas o resultado de uma única lógica de cálculo e de racionalidade nem de uma forma excludente de governação (a do mercado). Portanto, é possível competir e cooperar em um contexto amplo, permitindo momentos de conflito e de consenso, mostrando que o desenvolvimento sustentável não é produto apenas dos recursos e tecnologias de que dispõe, mas também de sua organização coletiva.

O relacionamento desses atores mostra uma tendência ao desenvolvimento local sustentável. Brandão (2007) ressalta que a estratégia adotada por diversos interessados, inclusive do poder público, deve estar atenta para várias dimensões (econômica, social, ambiental, cultural, etc.) que compõem a diversidade e a complexidade regional, no intuito de construir uma maior coesão interna dentro de um contexto efetivo de desenvolvimento.

Acselrad (2002) questiona em que medida as noções de desenvolvimento local e participação dos cidadãos são parte de uma transformação democratizante desse espaço. Torna-se claro para o autor que analisar os governos locais e suas estratégias como objetos isolados é uma simplificação da realidade. Brandão (2007), retrata que muitas políticas públicas em todo o mundo demonstram acreditar que a menor escala espacial é a mais adequada e de onde se poderiam estruturar os meios capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

Pode-se, também, retratar a importância da atuação dos governos na mobilização e produção do capital social visando a elaboração de políticas públicas. Deste modo, torna-se significativo abordagem sobre a elaboração de políticas públicas específicas e sua contribuição para a formação do capital social.

3. Políticas públicas

A política pública pode ser compreendida como uma norma criada para atacar de frente os problemas públicos com a finalidade de solucionar os obstáculos que podem alcançar um número significativo de pessoas (SOUZA; MACIEL, 2016).

No caso da agricultura, o Estado disponibiliza créditos aos produtores com o intuito de melhorias na produção e na infraestrutura produtiva. Segundo a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2017):

(...) a Política Fundiária tem como objetivo o reconhecimento e a regularização da dominialidade e da posse das terras nos meios rurais e urbanos. As políticas públicas nessa área também envolvem a resolução de conflitos sobre a propriedade de terras, inclusive os originados na luta pelo acesso à terra e à moradia, tanto no campo quanto nas cidades.

A Política Fundiária Rural, também conhecida como Política Agrária, reporta-se às ações, instrumentos e estrutura pública direcionada aos assuntos relativos ao direito da propriedade das terras rurais, contribuindo para o desempenho socioeconômico, e é por meio dessas políticas, que se tem a possibilidade de adquirir a posse de áreas, através da desapropriação, arrecadação ou por doação, e também, destinação das áreas, seja por assentamentos rurais, legitimação de posse, doação ou outros instrumentos (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2017).

Os produtores que são beneficiados por posse de terras nos assentamentos de reforma agrária, e também em perímetros de irrigação em Minas Gerais, de acordo com a Lei nº 14.313, de 2002, são isentos de efetuar pagamento de taxas e emolumentos cartoriais relativos ao registro da propriedade que lhe pertence (SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS, 2017).

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC) é uma política pública do Governo Federal desenvolvida com o objetivo de garantir que os agricultores familiares que não tenham terra ou que possuam pouca, ou seja, aquelas que apresentam menos de um módulo de terra, consigam obter propriedades ou aumentá-las. A Economia Popular Solidária é uma abordagem que visa a contribuir para a reversão desse quadro, conforme pode ser visto na seção a seguir.

4. Economia Popular Solidária

No Brasil existem outros tipos de conceitos relativos à economia dos trabalhadores, estes por sua vez são Economia Popular, Economia Solidária e Economia Popular Solidária. A Economia Popular refere-se à associação de produtores/trabalhadores que se juntaram com o objetivo de se proteger das consequências da exclusão ocasionadas pelo capitalismo, ou seja, é o conjunto de iniciativas econômicas e práticas sociais (BUZZATTI, 2007).

A Economia Solidária é compreendida como uma luta do movimento popular e operário no Brasil, oposto ao desemprego, a distribuição de renda e a exclusão social, ou seja, está agregado a aplicações produtivas, à comercialização, ao consumo e aos serviços que predominam a participação de todos. A Economia Popular Solidária (EPS) teve como pretexto a exclusão social, por meio da prática de atividade solidária por trabalhadores em situação de desemprego e submissão, assim expandindo como um movimento social por tentativa de autogestão coletiva (BUZZATTI, 2007).

A Economia Popular é ocasionada por trabalhadores, que não possuem recursos produtivos, à frente das mudanças que estão acontecendo no mercado de trabalho, assim, estabelecendo empreendimentos de Economia Populares sendo estes, clubes de troca, associações, cooperativas, entre outros (GOERCK, 2005).

Devido a grave questão das desigualdades sociais, que é uma das fases do capitalismo, ocorreu o surgimento da Economia Popular, onde se estabeleceu de maneira a opor às questões sociais ocasionadas pelo capitalismo. A partir da instituição desta organização econômica, houve o aumento das experiências vividas, combinadas ao apoio que tiveram, criando métodos que terminaram em outra forma de sociedade, que foi determinada como Economia Popular Solidária (NASCIMENTO, 2007).

Para compreender a Economia Popular Solidária é preciso entender o conceito de Economia, que é a ciência que estuda as opções de produção a partir do momento em que os recursos estão insuficientes, para que as necessidades e desejos dos indivíduos sejam atendidos (SILVA; MARTINELLI, 2012).

Ao dizer sobre economia ligada ao fundamento da técnica da solidariedade, obtém uma associação produtiva, onde não são causadas apenas pelo resultado do capital, contudo, procuram um domínio sobre a economia, desconsiderando os interesses privados. (BETANHO; FERNANDES, 2017).

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) ou Organizações produtivas solidárias (OPS) são utilizados para distinguir a natureza do método de empreender dessas associações, desta forma, é possível definir estas organizações na teoria da economia de mercado e nas organizações produtivas solidárias.

Empreender na economia de mercado constitui em ter capital para adquirir os recursos naturais e cultivar a mão de obra, e referente às organizações produtivas solidárias, os trabalhadores são possuidores dos recursos naturais e do capital, sendo que conduzem e determina valor, realizando tudo isso ao mesmo tempo. Com isso, como são organizações compostas por trabalhadores, é possível perceber que a característica popular é fundamental

para distinguir este caminho, ou seja, estas organizações, por meio da economia popular solidária, precisam alcançar o objetivo de estabelecer uma sociedade sustentável, ultrapassando as semelhanças de abuso da economia de mercado (BETANHO; FERNANDES, 2017).

No campo da agricultura camponesa, a proposta de organização de coletivos agroecológicos e orgânicos a partir dos princípios da EPS vem ao encontro desse processo, posto que se busca ao mesmo tempo a independência da indústria dos insumos, eliminar atravessadores e referenciar socialmente o trabalho dos agricultores, visando a aproximar trabalhadores do campo e da cidade em torno dos temas Segurança Nutricional e Soberania Alimentar. A organização do mercado de orgânicos será apresentada na seção a seguir.

5. Agricultura e mercado de orgânicos

No mundo moderno, o termo sustentabilidade vem sendo evidenciado cada vez mais pelas pessoas e instituições organizacionais, com o objetivo de criação de novas combinações para tornar a agricultura convencional mais atualizada e compatível, sob a perspectiva social, econômica e ambiental.

O processo convencional da produção no Brasil é fundamentado na utilização de insumos químicos e o uso de agrotóxicos, já o método orgânico isenta a utilização destes insumos, onde se distingue na relação solo-planta-ambiente, contribuindo com a preservação do meio ambiente, da sociedade e dos organismos que necessitam do solo (MARIANI; HENKES, 2015).

A Agricultura Orgânica é um método de produção que garante a organicidade e a qualidade da produção, sem a utilização de agrotóxicos. Desta forma, para que ocorra a produção orgânica, foi fundada a Comissão Nacional da Produção Orgânica com objetivo de facilitar as demandas precisas para o crescimento da produção orgânica no Brasil, através da coerência do setor público e privado, e a contribuição eficaz da sociedade no projeto e gestão democrática das políticas públicas (ALVES et al, 2012).

Sendo assim, para que seja praticada a produção de orgânicos no Brasil, foi fundada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) por meio do decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2017) com o objetivo de:

(...) integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Ainda de acordo com o decreto nº 7.794, foram propagadas as diretrizes, ferramentas e instâncias da gestão da PNAPO, onde ficou afirmado que a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) referem-se ao trabalho de realizar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) responsável por fomentar a comunicação da sociedade na composição do PNAPO (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

No Brasil, a política procurou alcançar diferentes maneiras de agricultura e foi através da Lei nº 10.831/2003 que ficou determinado que o sistema orgânico abrange as designadas alternativas ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei (SAMBUICHI et al, 2017).

Portando, para produzir e comercializar os produtos orgânicos no Brasil, os produtores precisam se enquadrar na regularização por meio da obtenção da certificação do Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Outra alternativa é através da organização em grupo e cadastro junto ao MAPA para realizar a venda direta sem certificação. Os produtores que possuem o certificado da produção de orgânicos podem comercializar seus produtos em feiras, supermercados, restaurantes, entre outros. Por outro lado, quando à somente o cadastro, porém não possui o certificado, pode-se apenas comercializar os produtos fabricados em feiras e para o governo, ou seja, compras diretas ao consumidor e destinadas à merenda escolar e ao CONAB (MAPA, 2017).

6. Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa visa analisar a promoção do capital social para um grupo de trabalhadores incubados no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Federal de Uberlândia. Desta forma, a metodologia utilizada no objeto de estudo é a abordagem de forma qualitativa, pelo fato que, emprega principalmente elementos que não podem ou não são sujeitos de serem medidos, distinto das análises quantitativas, que são necessários dados estatísticos para realização da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica busca esclarecer o problema da pesquisa por meio de teorias mencionadas em artigos, dissertações, livros, revistas, teses, entre outros, com o intuito de reconhecer e considerar as colaborações dos autores sobre deliberado assunto, estas contribuições, por sua vez, podem ser culturais ou científicas (CERVO et al, 2006).

Os dados foram coletados por meio de entrevista, que segundo Cervo et al (2006) é um diálogo norteado que tem como objetivo coletar informações para a pesquisa, além de permitir armazenar as informações, analisar o comportamento e as atitudes do entrevistado durante as perguntas, e isto é um diferencial em relação ao questionário.

De acordo com Collis e Hussey (2005) as entrevistas promovem o confronto das respostas dadas pelos entrevistados, podendo ser feita individualmente ou em grupo, com o objetivo de desvendar o entrevistado em relação ao que pensam, fazem ou sentem sobre determinado assunto, com isso, a entrevista possibilita que o entrevistador elabore questões mais complexas apresentando uma sequência, diferente do questionário.

O modelo de entrevista utilizado é a entrevista semiestruturada. Segundo Boni e Quarema (2005) são compostas por perguntas abertas e fechadas, onde o entrevistador segue um conjunto de perguntas antecipadamente definidas, limitando ao número de informações, contribuindo com o direcionamento maior do tema proposto. A entrevista ocorreu no dia 09 de maio de 2018, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, e foi realizada com a presidente do grupo do objeto dessa pesquisa.

O procedimento do estudo de caso centraliza-se em um caso em especial, com o foco na compreensão eficaz em um ambiente específico. Um enfoque de estudo de caso provoca uma determinada unidade de análise, unindo dados detalhados sobre o grupo em questão, durante certo período de tempo, adquirindo informações aprofundadas sobre o contexto, com o intuito de compreender os acontecimentos sobre o tema e não apenas explora-los (COLLIS; HUSSEY, 2005). O presente artigo utilizou-se do estudo de caso de um assentamento localizado na cidade de Veríssimo, incubado pelo Cieps/UFU.

7. Análise dos resultados

Neste item apresenta-se a análise dos resultados. Os dados foram analisados utilizando-se de três tópicos: caracterização do assentamento e situação associativa; produção, produtos e distribuição e; formação de capital social.

7.1. Caracterização do assentamento e situação associativa

O Assentamento Grupo Sete Laços fica localizado a 8 km de distância da cidade de Veríssimo-MG. A economia do município é baseada na pecuária de corte e leite, agroindústria de doces e abate de frango, cana de açúcar, plantio de culturas como soja, milho, feijão e arroz. A área do assentamento possui 32 hectares e irá abrigar 18 famílias que ocupam lotes individuais.

A fazenda será adquirida por meio do Crédito Fundiário; cada família terá um contrato junto ao Banco do Brasil e os pagamentos serão anuais. O Crédito apresenta carência de 3 anos e tem duração de 20 anos. Na carência, é disponibilizada uma assistência técnica aos produtores, fornecida pelo próprio Banco do Brasil, com o intuito de auxiliar os assentados em relação à terra e a produção dos produtos.

Os assentados irão fundar uma associação com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, garantir equipamentos, assegurar a venda de produtos específicos e dar suporte aos produtores no que eles precisarem, desta forma, todas as 18 famílias produzirão de forma coletiva arroz e feijão orgânicos. Além da coletividade na realização das atividades, as famílias irão produzir individualmente em seus lotes buscando diversificar sua produção, resguardando as condições de vida das famílias contra possíveis oscilações da produção coletiva.

O Assentamento Grupo Sete Laços apresenta como vantagem a cooperação, visto que, todas as famílias detêm do mesmo ideal, possuindo ideias comuns e trabalhando em conjunto, confiando na capacidade produtiva do próximo. Desta forma, terão uma área de lazer coletiva, alimentação farta e com boa qualidade e uma maior escala de produção devido à união dos produtores. O grupo através da associação decidiu que irão distribuir de forma igual às sobras do recurso, reinvestindo na associação para adquirir matérias para ajudar na produção coletiva.

7.2. Produção, produtos e distribuição

No assentamento existe produção para autoconsumo, principalmente dos produtos tradicionais da alimentação, sendo necessário apenas realizar compra dos produtos que não são produzidos na terra. A tabela 1 apresenta as principais informações referentes aos produtos para venda, produzido no assentamento.

Tabela 1: Produtos iniciais para realizar a venda

Assentamento	Produtos para comercialização	Grupo Produtor	Canais de distribuição
Grupo Sete Laços	Verduras orgânicas	Individual	Feiras livres
	Arroz e Feijão orgânico	Associação	Feiras livres, Chamadas Públicas e Supermercados

Fonte: dados da pesquisa

Em relação à comercialização, os produtores vão iniciar a produção com a plantação de verduras orgânicas (folhas), pois são produtos de rápido crescimento. Este será comercializado na cidade de Veríssimo, na Feira Livre disponibilizada somente aos produtores do assentamento.

O grupo produzirá além das verduras, o Arroz e Feijão orgânico através da associação de forma coletiva, contando com a participação das 18 famílias assentadas. Dentre as 18

famílias, cerca de 6 famílias já executaram esta produção e, com isso, possuem técnicas necessárias para realizar o plantio e efetuar o beneficiamento, assim sendo, os outros serão instruídos para executar a atividade.

A produção do arroz será feita trimensalmente, ou seja, terão 4 colheitas anuais, sendo que, primeiramente vão fazer um teste utilizando a semente em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) localizando próximo ao do grupo, para analisarem se a semente que será utilizada vai dá certo com o solo da região.

As sementes necessárias para o plantio serão inicialmente fornecidas pelo Cieps, e os agricultores deverão reproduzi-las para os próximos plantios e para trocar com outros agricultores.

O arroz e o feijão orgânicos serão comercializados na feira livre em Veríssimo e também em mercados e supermercados do Município, além de ser ofertados na Feirinha Solidária da UFU e também em supermercados da Região de Uberlândia.

Para não utilizar empresas terceirizadas para realizar a distribuição, o assentamento contará com uma sede onde realizará tanto o empacotamento dos produtos como a distribuição dos mesmos para a região. O produto será oferecido em sacos de 5 kg, constando a marca e no rótulo os dados do fabricante, disponibilizando a distinção dos produtos com relação aos seus concorrentes.

A certificação do assentamento será realizada pelo Cieps, que garante o acompanhamento do plantio conforme a legislação de produção de orgânicos, de acordo com a regularização do Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC) credenciado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Por questões de valores e pensamentos, os produtos serão comercializados com preço próximo ao preço de venda dos produtos convencionais, pois a ideologia do grupo de produtores é produzir alimentos saudáveis, que não prejudicam o meio ambiente e de baixo custo, para que todos consigam adquirir e usufruir dos benefícios que o produto oferece e não apenas a um segmento de mercado.

7.3 Formação de Capital Social

Bittencourt (1998) apresenta o estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que visa identificar os fatores que interferem no desenvolvimento dos projetos de assentamentos de reforma agrária no Brasil. Foram identificados alguns fatores: a origem dos assentados; quadro natural da área do assentamento; o entorno econômico e produtivo; a forma de ocupação; o crédito rural; a assistência técnica; os sistemas de produção; a infraestrutura social (saúde, educação e moradia); as condições das estradas; a organização política que engloba desde a participação em organizações associativas de representação interna, como cooperativas e associações, até o vínculo com outros movimentos sociais e as relações institucionais (BITTENCOURT, 1998).

Correlacionado com os fatores citados por Melo Neto e Froes (2002) como determinantes na construção do capital social. Para esses autores, o capital social possui como fatores determinantes: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança. Esses são a base de um novo modelo de desenvolvimento para as comunidades.

No assentamento a cooperação e a solidariedade social de todo o grupo de famílias resulta em uma capacidade produtiva maior, aproveitando do crescimento de mercado direcionado à alimentação saudável, suprindo com as demandas dos consumidores, além de divulgar sua

orientação para a solidariedade. Pontos favoráveis a formação do capital social do grupo de trabalhadores.

Em relação a organização, o assentamento Grupo Sete Laços poderá oferecer o arroz e o feijão para as prefeituras da cidade de Veríssimo e de Uberlândia, participando dos processos de chamadas públicas promovida pelos órgãos públicos, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para utilizá-los na merenda escolar, contribuindo com uma alimentação de boa qualidade, altos valores nutricionais, livre de agrotóxicos e insumos que prejudicam a saúde.

O PNAE é determinado pela Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, que garante a alimentação escolar durante o período letivo, conforme cardápio estipulado por nutricionistas. Por meio do programa, os agricultores familiares podem vender seus produtos as escolas públicas, através das chamadas públicas, visto que, são direcionados 30% do total de recursos financeiros para estas organizações.

Ampliar a área de abrangência para a merenda escolar pode colaborar em melhores condições de vida dos produtores, crescimento econômico do município e fixar o desenvolvimento social, além de garantir ao produtor fonte de renda constante, sem precisar vender sua força de trabalho. Porém, será necessário alto investimento em equipamentos que ajudarão no processo de plantio e colheita, gerando maior escala de produção e em uma maior rapidez.

Em relação à assistência técnica e cursos, os produtores do assentamento receberão auxílio de agrônomos da UFU, através de projetos da Universidade, com o intuito de garantir a utilização de forma correta do sistema agroecológico na produção. Além do Cieps, os produtores contarão com a assistência da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) do município de Veríssimo, que disponibilizará também diversos cursos. Desta forma, não precisarão contratar uma empresa.

Ainda sobre a organização do grupo, o ambiente interno produtivo qualifica os seus produtos, pois são produzidos com a finalidade de garantir benefícios e contribuir com o bem estar da sociedade e não apenas, realizar a produção em grande escala com o objetivo de lucro. Outro ponto positivo é a certificação de produção orgânica, visto que, os produtos são produzidos usando métodos que não contenha insumos químicos, agrotóxicos, inseticidas químicos, sementes modificadas, entre outros, conforme a legislação da OAC.

A articulação do Cieps/UFU com o grupo de trabalhadores coopera para a geração do capital social e empoderamento, aspectos fundamentais para a circulação e partilha do poder e para a concretização de processos democráticos entre Estado e sociedade civil. O Cieps é um catalisador do processo de criação de capital social para o Grupo Sete Laços.

Pode-se abordar o potencial de impacto dos fatores não econômicos, chamado de capital social, para o desenvolvimento sustentável do grupo de trabalhadores em estudo. Segundo Putnam (2000), o capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.

É importante ressaltar que todos os fatores identificados pelo estudo têm alguma relação com a ideia de capital social, apresentada anteriormente neste artigo. Desta forma, o Grupo Sete Laços apresentou como fatores determinantes para a existência do capital social: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança. Abaixo é apresentado a figura 1 com os aspectos relacionados as estratégias de desenvolvimento do capital social observados para o assentamento em estudo.

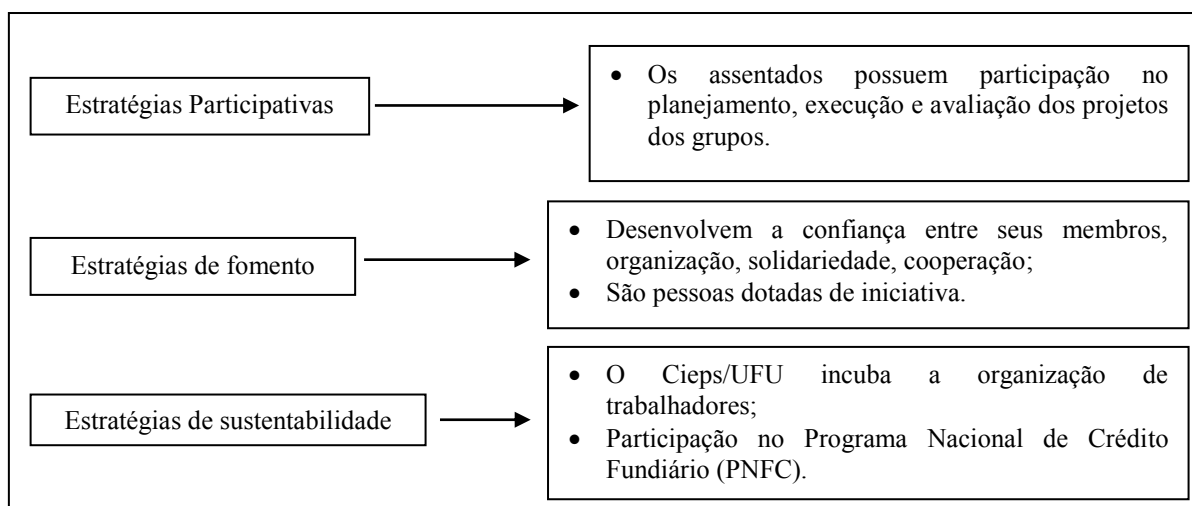


Figura 1: Aspectos relacionados as estratégias de desenvolvimento do capital social no assentamento da pesquisa. Fonte: adaptado de Melo Neto e Froes (2002)

O atendimento aos fatores determinantes e desenvolvendo algumas estratégias na comunidade, foi possível a construção do capital social.

8. Conclusões

O objetivo deste trabalho foi analisar a promoção do capital social para um grupo de trabalhadores incubados no Cieps/UFU. Os resultados apontaram que o grupo de trabalhadores do assentamento utiliza-se dos fatores determinantes para formação de capital social, visto que, todos os produtores compartilham o mesmo ideal, em prol de uma melhor qualidade de vida e autogestão coletiva, ou seja, sistema de gestão coletivo.

A cooperação garante resultados positivos, demonstrando melhores condições de vida dos assentados e melhora a produção para autoconsumo, disponibilizando uma boa infraestrutura, com área de lazer coletiva, instalações produtivas maiores e alimentação de boa qualidade para todos, sendo que, a distribuição das sobras dos recursos será reinvestida na associação, para aquisição de matérias e equipamentos necessários para produção.

É essencial desenvolver no assentamento Grupo Sete Laços o que Coleman (1990) chama de normas e valores compartilhados. Cada um pensando e agindo em benefício de todos, sem entretanto, perderem suas identidades. O autor ressalta que as famílias e as pessoas são por essência capital social. Deste modo, os valores, as tradições e as visões de cada um não podem ser ignoradas, sob pena de subutilização de suas potencialidades e até do surgimento de resistências que comprometerão o desenvolvimento social do grupo.

Outro ponto que fortaleceu a formação do capital social, foi a utilização, pelo assentamento Grupo Sete Laços, das políticas públicas disponibilizadas à aquisição de terra para moradia e realização da produção dos produtos. Além disso, o assentamento tem buscado compreender através da incubadora, como é a distribuição das mercadorias, agregando valor em sua produção rural, assegurando inteiramente os ganhos da produção, retendo estes recursos que seriam apropriados por terceiros, contribuindo com melhorias internas e aquisição de máquinas. Desta forma, a articulação do Cieps/UFU com os grupos sociais organizados cooperou com a geração de capital social e empoderamento, aspectos fundamentais para a circulação e partilha do poder e para a concretização do assentamento Grupo Sete Laços.

Em relação ao grupo de agricultores, o PNAE é um programa público direcionado à comercialização dos gêneros alimentícios da agricultura familiar para a merenda escolar, cooperando no aumento do desenvolvimento rural da cidade, garantindo aos agricultores

melhor qualidade de vida. Por outro lado, a parte burocrática e legal acabam se caracterizam como um grande obstáculo para os produtores, principalmente os documentos necessários para estes participarem do programa.

Um dos objetivos do grupo é a construção de uma imagem do assentamento. Apresentando as verdadeiras ações dos assentamentos diante a sociedade. Desta forma acredita-se que a comunidade poderá construir o capital social e desenvolver a capacidade de trabalharem juntos para desenvolverem objetivos comuns.

São novas questões que surgem com esse novo cenário, em que se torna clara a complexidade da sociedade brasileira como um todo e de seu espaço público em particular. Obviamente que estas surgem em outra conjuntura, assinalado não mais pela falta deste espaço público, mas pela sua presença. É justamente a consciência desta presença que nos força a analisar quem são os atores que fazem parte deste espaço, como o ocupam, a quem representam e quais relações estabelecem com o sistema político.

Em relação aos fatores que indicam o desenvolvimento do capital social, observou-se que houve melhoria de todos eles após a formação do grupo de trabalhadores. Deste modo, pode-se considerar que o capital social evolui com as relações de confiança, cooperação, participação social, organização, solidariedade social e iniciativa do grupo de trabalhadores da pesquisa.

Espera-se que o trabalho tenha contribuído para os estudos de formação de capital social para os grupos de trabalhadores rurais. Para futuras pesquisas sobre o tema, sugere-se uma análise da formação de capital social após a formação, pelo Grupo Sete Laços, da associação dos trabalhadores.

9. Referências

ACSELRAD, Henri. Território e Poder – a política das escalas”, in FISCHER, Tânia (Org.), **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**, Casa da Qualidade, Salvador, 2002.

ALVES, Alda Cristiane de Oliveira; SANTOS, André Luis de Sousa dos; AZEVEDO, Rose Mary Maduro Camboim de. **Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória**. Revista Brasileira de Agroecologia Rev. Bras. de Agroecologia. 7(2): 19-27, 2012.

BETANHO, Cristiane; FERNANDES, José Eduardo. Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade. In: _____. **Economia Popular Solidária - Origens, Conceito, Limites e Desafios**. Uberlândia: Navegando publicações, 2017.

BITTENCOURT, G. A. et al. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO, Brasília, 1998.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 14/07/2018.

BORGUINI, Renata G.; e TORRES, Elizabeth A. F. S.. **Alimentos orgânicos: qualidade nutritiva e segurança do alimento**. Segurança alimentar e Nutricional, 13(2), 64-75. 2006. Disponível em: <<https://www.ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2012/10/12-Alimentos-organicos-qualidade-nutritiva-e-seguran%C3%A7a-do-alimento-.pdf>>. Acesso em: 14/07/2018.

BRANDÃO, C. A. **O campo da economia política do desenvolvimento: o embate com os 'localismos' na literatura e nas políticas públicas contemporâneas.** In: Brandão, C.A. Território & Desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos A. "Teorias, Estratégias e Políticas Regionais e Urbanas Recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado, in **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, 2004. n.107, p.57-76.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 12/10/2017.

BRASIL. Lei n. 10.831/2003, de 23 de Dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 12/10/2017.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 03/11/2017.

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 14/07/2018.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**. Governo Federal. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Governo Federal. **Brasil agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO)**. Brasília, 2013.

BRASIL. Renata Mainenti Gomes. FNDE (Org). **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar**. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9815:pnae-manual-aquisicao-de-produtos-da-agricultura-familiar-para-a-alimentacao-escolar-2-edicao>>. Acesso em: 25/06/2018.

BRASIL. Secretária de governo. Presidência da república. **Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo)**. Brasília, 2017.

BRASIL. Secretária especial de agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. Governo Federal. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)**. Brasília, 2017.

BUZZATTI, Alan Patrick. **A economia popular solidária frente às transformações contemporâneas no mundo do trabalho**. 2007. 121 f. Tese (Mestrado em Integração Latino-Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_arquivos/27/TDE-2007-09-26T115452Z-853/Publico/Alan%20Patrik%20Buzzatti.pdf>. Acesso em: 11/10/17.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA).

Relatório PIB Agro-Brasil 2017. Disponível em: <http://https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_MAIO.pdf>. Acesso em: 11/07/2018.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. A pesquisa: Técnicas de coleta de dados. In: _____. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. p. 55-70.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Elaboração e comunicação da pesquisa: Fases da elaboração da pesquisa. In: _____. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. p. 71-89.

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory** – The Belknap Press of Harvard University Press – Cambridge, Londres, 1990.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Coleta de dados originais. In: _____. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 144-184.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Como lidar com questões conceituais. In: _____. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. p. 53-82.

GOERCK, Caroline. **Economia popular solidária: no processo de reestruturação produtiva brasileira**. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 4, dez. 2005.

MARIANI, Cleide Mary; HENKES, Jairo Afonso. Agricultura orgânica x agricultura convencional soluções para minimizar o uso de insumos industrializados. **Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 315-338, nov. 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/download/2532/1839>. Acesso em: 11/10/17.

MELO NETO, F. de P. e FROES, C. **Empreendedorismo Social**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MINAS GERAIS. Assembleia legislativa de Minas Gerais. Governo de Minas Gerais. **Política fundiária**. 2017.

MINAS GERAIS. Secretária do Estado da Fazenda de Minas Gerais. Lei n. 14.313, de 19 de Junho de 2002. **Isenta beneficiários de terras rurais do pagamento de emolumentos, na forma que especifica**. Minas Gerais. 2002.

MOYANO, Estrada, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. Uberlândia-MG, **Revista Economia Ensaios**, vol. 13-14, 1999.

NASCIMENTO, Aline Fátima do. **Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 264-281. jul./dez. 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Conceitos de planejamento e de sistema. In: _____. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 23 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007. p. 2-33.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**. Os desafios do desenvolvimento rural. Campinas-SP, Alinea; Uberlândia-MG, Edufu, 2008.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

REIS, J. **Ensaio de Economia Impura**. Coimbra, Edições Almedina, 2007.

SAMBUICHI, R. H. R.; SPINOLA, P. A. C.; MATTOS, L. M. ; AVILA, M. L. ; MOURA, I. F. ; SILVA, A. P. M. . **Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. Texto para Discussão (IPEA), v. 2305, p. 1-56, 2017.

SILVA, Francisco G. da; MARTINELLI, Luís Alberto Saavedra. Economia e Mercado. In: _____. **Conversa sobre a ciência econômica**. Curitiba: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. p.11-17.2012. Disponível em: <http://redeotec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/economia_mercado.pdf>. Acesso em: 26/10/17.

SOUZA, W. K. A. de; MACIEL, L. L. B. Fomento à Participação de Micro e Pequenas Empresas nas Compras Públicas: Impactos da Regulamentação da Lei Complementar nº 147/2014 em Minas Gerais. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2016. **Anais**. Disponível em: <<http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-42-03.pdf>>. Acesso em: 22/11/2017.